

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – JANEIRO 2021

COVID-19	2
LEGISLAÇÃO	2
ICMS	3
LEGISLAÇÃO	3
ISS	5
LEGISLAÇÃO	5
JURISPRUDÊNCIA.....	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
PIS E COFINS	7
JURISPRUDÊNCIA.....	7
DIVERSOS	9
JURISPRUDÊNCIA.....	9

COVID-19

LEGISLAÇÃO

1. AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE ISENÇÃO DO ICMS INCIDENTE NAS OPERAÇÕES E CORRESPONDENTES PRESTAÇÕES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE REALIZADAS NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO E DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO NOVO AGENTE DO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2)
 - **Convênios ICMS nº 01, 02 e 03, de 21 de janeiro de 2021 (DOU 22.01.21)**

2. PRORROGAÇÃO DAS RESTRIÇÕES NO ATENDIMENTO EM RAZÃO DA PANDEMIA – ATENDIMENTO VIRTUAL – ALTERAÇÃO NA PORTARIA CAT 34/2020 – MEDIDAS VÁLIDAS ATÉ 07 DE FEVEREIRO DE 2021
 - **Portaria CAT nº 02, de 05 de janeiro de 2021 (DOE-SP 06.01.21)**

3. PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS – SUSPENSÃO DE PRAZOS ATÉ O DIA 03.02.2021
 - **Decreto nº 60.055, de 21 de janeiro de 2021 (DOM-SP 22.01.21)**

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. CONFAZ – ICMS - ISENÇÃO, REMISSÃO E ANISTIA - ÁLCOOL ETÍLICO, CURATIVOS, KIT DE TESTE, SERINGAS, MÁSCARA DE PROTEÇÃO, DENTRE OUTROS - COVID-19 – ALTERAÇÃO PARA INCLUSÃO DE ESTADOS E REMISSÃO E ANISTIA PARA OPERAÇÕES REALIZADAS A PARTIR DE 01.01.2021
 - **Convênio ICMS nº 01, de 21 de janeiro de 2021 (DOU 22.01.21)**
2. PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DE ICMS – AUTORIZAÇÃO PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA A CONCESSÃO DE PARCELAMENTO COM REDUÇÃO DOS JUROS E MULTAS OU PAGAMENTO INTEGRAL COM REDUÇÃO, CUJOS FATOS GERADORES TENHAM OCORRIDO NO PERÍODO DE 1º.03.2020 A 30.09.2020
 - **Convênio ICMS nº 06, de 21 de janeiro de 2021 (DOU 22.01.21)**
3. SP - ENERGIA ELÉTRICA CONSUMIDA POR ESTABELECIMENTO RURAL – REVOGAÇÃO DO LIMITE MENSAL PARA FRUIÇÃO DA ISENÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 65.469, de 14 de janeiro de 2021 (DOE-SP 15.01.21)**
4. SP – OPERAÇÕES INTERNAS COM MEDICAMENTOS GENÉRICOS – MANUTENÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA – REVOGAÇÃO DO COMPLEMENTO DE IMPOSTO (1,3%) – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 65.470, de 14 de janeiro de 2021 (DOE-SP 15.01.21)**
5. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – COMPLEMENTO DO IMPOSTO RETIDO ANTECIPADAMENTE – OBRIGATORIEDADE - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 65.471, de 14 de janeiro de 2021 (DOE-SP 15.01.21)**
6. SP – OPERAÇÕES INTERNAS COM PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS – ISENÇÃO – MANUTENÇÃO INTEGRAL DO BENEFÍCIO FISCAL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 65.472, de 14 de janeiro de 2021 (DOE-SP 15.01.21)**
7. SP – OPERAÇÕES INTERNAS COM INSUMOS AGROPECUÁRIOS – ISENÇÃO – MANUTENÇÃO INTEGRAL DO BENEFÍCIO FISCAL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 65.473, de 14 de janeiro de 2021 (DOE-SP 15.01.21)**

8. SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONGÊNERES – BASE DE CÁLCULO E IVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA PORTARIA CAT Nº 32/2019
 - **Portaria CAT nº 04, de 19 de janeiro de 2021 (DOE-SP 20.01.21)**

9. MG – PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE FONTES RENOVÁVEIS (“GERAÇÃO DISTRIBUÍDA”) – AUTORIZAÇÃO PARA A REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA LEI Nº 6.763/1975
 - **Lei nº 23.762, de 06 de janeiro de 2021 (DOE-MG 07.01.20)**

10. MT – COMPENSAÇÃO DE DÍVIDAS LÍQUIDAS E CERTAS - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 808, de 26 de janeiro de 2021 (DOE-MT 27.01.21)**

11. RS – TRANSPORTE DE CARGAS, MDF-E, CT-E, DENTRE OUTROS - PROCEDIMENTOS GERAIS - ALTERAÇÃO
 - **Decreto nº 55.734, de 22 de janeiro de 2021 (DOE-RS 22.01.21)**

12. RS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – AJUSTE DO MONTANTE DO IMPOSTO RETIDO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP Nº 45/1998
 - **Instrução Normativa RE nº 02, de 06 de janeiro de 2021 (DOE-RS 08.01.21)**

13. RS – ICMS - REMISSÃO E ANISTIA - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS - INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO - PROCEDIMENTOS
 - **Instrução Normativa RE nº 06, de 22 de janeiro de 2021 (DOE-RS 22.01.21)**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO – PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE DÉBITOS (PRD) - PRORROGAÇÃO, ATÉ 28.2.2021, DO PRAZO PARA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE INGRESSO DESTINADO ÀS PESSOAS JURÍDICAS DESENQUADRADAS DO REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ISS DAS SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS
 - **Decreto nº 60.059, de 28 de janeiro de 2021 (DOM-SP 29.01.21)**

JURISPRUDÊNCIA

2. SERVIÇO CONTRATADO E EXECUTADO NO EXTERIOR – FRUIÇÃO DO SERVIÇO NO BRASIL – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS PARCELADAS – POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO SALDO A RESTITUIR
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

2. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS PARCELADAS – POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO APENAS DA PARCELA DA ESTIMATIVA JÁ COMPROVADAMENTE PAGA NO ÂMBITO DO PARCELAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO PAGOS A USUFRUATUÁRIO DE COTAS DE CAPITAL SUJEITOS À INCIDÊNCIA NA FORMA RETIDA – POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO NA APURAÇÃO DO LUCRO REAL E DO RESULTADO AJUSTADO
 - **Solução de Consulta nº 137, de 08 de dezembro de 2020 (DOU 04.01.21)**

4. SERVIÇOS DE MONITORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDE/CIRCUITO DE DADOS – CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO DE NATUREZA PROFISSIONAL COMO ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA FINS DE RETENÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 163, de 08 de dezembro de 2020 (DOU 04.01.21)**

5. APURAÇÃO DE ESTIMATIVAS MENSASIS – UTILIZAÇÃO DE BALANCETES DE SUSPENSÃO E REDUÇÃO – NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DO MONTANTE CORRESPONDENTE A TODO O PERÍODO EM CURSO
 - **Solução de Consulta nº 164, de 28 de dezembro de 2020 (DOU 05.01.21)**

6. INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS AO ICMS – NÃO TRIBUTAÇÃO (SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO) – NECESSIDADE DE O INCENTIVO TENHA SIDO CONCEDIDO COMO ESTÍMULO À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENDIMENTOS
 - **Solução de Consulta nº 99.018, de 22 de dezembro de 2020 (DOU 04.01.21)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. EXCLUSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DE SUAS PRÓPRIAS BASES DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Justiça Federal de Curitiba**
 - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**

2. TRANSPORTE DE TRABALHADORES – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS – NÃO INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. VALORES RECEBIDOS PELA CESSÃO E CRÉDITOS DE ICMS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. TRANSPORTE DE MATÉRIA-PRIMA ENTRE ESTABELECIMENTOS DO CONTRIBUINTE – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. DESPESAS COM CORRETAGEM NA AQUISIÇÃO DE CAFÉ – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. CRÉDITOS RELATIVOS A ENCARGOS DE DEPRECIÇÃO – NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TAXA DE DEPRECIÇÃO ESTABELECIDADA PELA RECEITA FEDERAL OU DE TAXA ADEQUADA COMPROVÁVEL POR MEIO DE PERÍCIA DE ENTIDADE OFICIAL DE PESQUISA CIENTÍFICA OU TECNOLÓGICA
 - **Solução de Consulta nº 168, de 28 de dezembro de 2020 (DOU 04.01.21)**

8. AQUISIÇÕES DE RESÍDUOS DE SUCATA ORIUNDOS DO MERCADO EXTERNO PARA UTILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Solução de Consulta nº 175, de 28 de dezembro de 2020 (DOU 04.01.21)**

9. SERVIÇOS DE MONITORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE REDE/CIRCUITO DE DADOS – CARACTERIZAÇÃO COMO SERVIÇO DE NATUREZA PROFISSIONAL COMO ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA PARA FINS DE RETENÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 163, de 08 de dezembro de 2020 (DOU 05.01.21)**

10. SETOR HOTELEIRO – RECEITAS DE TAXA DE ISS E TARIFA DE DAY USE – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO DO REGIME NÃO CUMULATIVO
 - **Solução de Consulta nº 136, de 01 de dezembro de 2020 (DOU 05.01.21)**

11. DESPESAS IMPOSTAS POR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE SETOR – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Solução de Consulta nº 1, de 06 de janeiro de 2020 (DOU 20.01.21)**

12. VALE-TRANSPORTE - POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
 - **Solução de Consulta nº 7.081, de 28 de dezembro de 2020 (DOU 19.01.21)**

DIVERSOS

JURISPRUDÊNCIA

1. IPTU – ÁREA DE INTERESSE ECOLÓGICO – LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE – IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIA
 - **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**

2. MARKETING MULTINÍVEL – PAGAMENTO DE BÔNUS E PRÊMIOS – NATUREZA REMUNERATÓRIA – ENQUADRAMENTO COM CONTRIBUINTE INDIVIDUAL – INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. RETENÇÃO DE IRRF – FALTA DE RECOLHIMENTO, BEM COMO DECLARAÇÃO EM DIRF E DCTF – CARACTERIZAÇÃO DE INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. EMPRESA QUE DEIXA DE FUNCIONAR NO DOMICÍLIO FISCAL – FALTA DE COMUNICAÇÃO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES – PRESUNÇÃO DE DISSOLUÇÃO IRREGULAR – RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS E ADMINISTRADORES – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. ALTERAÇÃO NOS FUNDAMENTOS DE FATO – NULIDADE DA DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO OU DEPÓSITO INTEGRAL – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. DENÚNCIA ESPONTÂNEA – COMPENSAÇÃO – NÃO CONFIGURAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA DAS COMPENSAÇÕES – DESNECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO CRÉDITO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – COBERTURA MÉDICA – EXIGÊNCIA DE OFERECIMENTO A TODOS OS EMPREGADOS – INEXISTÊNCIA DE EXIGÊNCIA DE QUE A COBERTURA SEJA IGUAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. APLICAÇÃO – FUNDO DE INVESTIMENTO NO VALOR DE ATÉ 40 SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPENHORABILIDADE

- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

11. TAXA SISCOMEX – MAJORAÇÃO POR ATO INFRALEGAL - IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente da Justiça Federal do Distrito Federal**

12. EXECUÇÃO FISCAL – FALECIMENTO DO DEVEDOR ANTES DA CITAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO DO POLO PASSIVO

- **Precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

13. COMPENSAÇÃO COM CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – RECOLHIMENTO INDEVIDO EFETUADO ANTES DA OBRIGATORIEDADE DO E-SOCIAL – CRÉDITO RECONHECIDO POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO APÓS A OBRIGATORIEDADE DO E-SOCIAL – POSSIBILIDADE

- **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**